PORTARIA: 0935/2020

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola) no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PA Destino: MONTE DOURADO/PA Servidor: 55586101/ ELYXARLES CÂMARA DA CRUZ (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 13,5 DIÁRIAS / 14/04/2020 a 27/04/2020. Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 541656

PORTARIA: 0937/2020

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola) nos municípios. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: ABAETETUBA /PA Destino: ALMEIRIM, MONTE DOURADO /PA Servidor: 54193764/DANIEL ALVES SILVA (AUXILIAR DE CAMPO) / 13,5 DIÁRIAS / 14/04/2020 a 27/04/2020. Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 541673

PORTARIA: 0932/2020

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola) nos municípios. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: BRAGANÇA/PA Destino: MONTE DOURADO/PA Servidor: 55586148/FRANCISCO TEODORO DAS CHAGAS OLIVEIRA JUNIOR (AGENTE DE DEFESA AGROPECUÁRIA) / 13,5 DIÁRIAS / 14/04/2020 a 27/04/2020. Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 541638

PORTARIA: 0936/2020

Objetivo: Realizar ações de controle da praga quarentenária *Bactrocera carambolae* (mosca da carambola) no município. Fundamento Legal: Lei 5.810/94, Art. 145/149. Origem: PEIXE-BOI/PA Destino: MONTE DOURADO/PA Servidor: 54189780/MADSON ANTONIO BULHÕES CAVALCANTE (AUXILIAR DE CAMPO) / 13,5 DIÁRIAS / 14/04/2020 a 27/04/2020. Ordenador: TATIANE VIANNA DA SILVA

Protocolo: 541663

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO PARÁ

SUPRIMENTO DE FUNDO

PORTARIA DE SUPRIMENTO DE FUNDO Nº 061/2020;

BENEFICIÁRIO:ANDERSON COSTA DOS SANTOS, MATRÍCULA:54196307/1;FUNÇÃO:RESPONSÁVEL PELO NÚCLEO ADMINISTRATIVO;OBJETIVO:PARA ATENDER DESPESAS DE PEQUENO VULTO, DO ESCRITÓRIO CENTRAL;MUNICÍPIO:MARITUBA; PROGRAMA:1491;PROJETO ATIVIDADE:8711-C;FONTE:0261;ELEMENTO DE DESPESA:339030-96=R\$4.000,00;PRAZO DE APLICAÇÃO:60 DIAS APÓS A ORDEM BANCÁRIA:15 DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS;ORDENADOR DE DESPESAS:CLAUDIO AUGUSTO MARTINS DE BARROS PEREIRA.

Protocolo: 541589

SUPRIMENTO DE FUNDOS - PORTARIA: 022 / 2020

BENEFICIÁRIO (A): MIRACI DA COSTA MACHADO / MATRÍCULA: 661481 / CARGO OU FUNÇÃO: AUX. DE BIBLIOTECA / MUNICÍPIO: ABAETETUBA - REGIONAL / OBJETIVO: APOIO NAS ATIVIDADES DE ATER DA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO TOCANTINS CONFORME PROATER 2020/ PROGRAMA: 1491 / PROJ. ATIV.: 8711 / FONTE: 0101 / ELEMENTO DE DESPESA: 3390-30 = R\$888,00/ VALOR TOTAL = R\$888,00 / PRAZO PARA APLICAÇÃO: 60 DIAS APÓS EMISSÃO DA OBP / COMPROVAÇÃO: 15 DIAS APÓS A REALIZAÇÃO DAS DESPESAS. / ORDENADOR DE DESPESAS: JANAIR CAMPELO DA COSTA

Protocolo: 541549

SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2020

Objeto: Aquisição de equipamentos eletroeletrônicos
Entrega do Edital: www.comprasgovernamentais.gov.br; www.semam.pa.gov.br; www.compraspara.pa.gov.br
Local de Abertura: www.comprasgovernamentais.gov.br
Data de Abertura: 29/04/2020 às 10:00 h (horário de Brasília)
16 de abril de 2020
Kristiane Maia Gluck Paul
PREGOEIRA OFICIAL - SEMAS/PA

Protocolo: 541706

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

NOTIFICAÇÃO Nº 71897599/CONJUR/2017

Á
JOSÉ WESLEY DE MELO SILVA
End: FOLHA 32, QUADRA 01, LOTE 36 A 39-NOVA MARABÁ
CEP: 68508-000 MARABÁ – PA

Notificamos V.Sª. que, conforme decisão exarada nos autos do Processo Administrativo 1615/2017, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade – SEMAS, através de seu titular, julgou procedente o Auto de Infração nº 08972/2016 em face de JOSE WESLEY DE MELO DA SILVA, em virtude do desrespeito aos ditames legais do inciso VI do artigo 118 da Lei Estadual nº 5.887/1995, aplicando-lhe a penalidade de MULTA SIMPLES no valor de 50.000 UPF's, cujo recolhimento deverá ser procedido no prazo máximo de 10(dez) dias, contados da ciência de sua imposição, consoante o disposto nos artigos 115, 119, II ; 120, II; 122, II, da Lei Estadual nº. 5.887/95.

Esclarecemos que a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento), caso seja efetivado o pagamento no prazo de 5(cinco) dias e a não quitação do débito no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, importará no acréscimo moratório de 1%(um por cento) ao dia, calculado cumulativamente sobre o valor do débito e sua imediata inscrição em Dívida Ativa, para cobrança judicial, de acordo com o disposto nos artigos 142 e 144 §1º, respectivamente, da Lei Estadual nº 5887/95. Ademais, poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta nos prazo máximo de até 5(cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08. Com efeito, informamos a V.Sa. poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento deste instrumento, conforme dispõe o art. 143 do referido diploma legal.

Salientamos que o caminhão apreendido, fundamental para o ilícito, será aproveitado pela administração pública conforme os ditames do artigo 119, III da Lei Estadual 5.887/95 c/c art. 134 IV do decreto federal 6.514/2008; em atendimento a orientação do Secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, bem como à coordenação desta Consultoria Jurídica.; assim como o material de origem florestal apreendido será encaminhado para venda, doação ou destruição, na forma e no momento que este órgão julgar oportuno, nos termos artigo 119, III da Lei Estadual 5.887/95 c/c art. 134 do decreto federal 6.514/2008.

Protocolo: 541667

NOTIFICAÇÃO Nº 71858/CONJUR/2015

Á
POSTO DOMINIQUE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA
End:ROD. BR 230, SN, KM 44, BAIRRO ZONA RURAL
CEP: 68518-000 SÃO JOÃO DO ARAGUAIA – PA

Notifico V.Sª. para tomar conhecimento da decisão exarada nos autos do Processo Punitivo nº 2013/31327, instaurado nesta Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, através do Auto de Infração nº 6520/2013/GERAD, em desfavor da empresa POSTO DOMINIQUE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, conforme o dispositivo a seguir:

“Em consonância com o Parecer Jurídico nº12689/2015 e, com fulcro nos arts.115, 119, II, 120, II e 122, II, todos da Lei Estadual nº 5.887/95, MANTENHO o Auto de Infração Nº6520/2013/GERAD e APLICO em desfavor da empresa POSTO DOMINIQUE COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, a penalidade MULTA SIMPLES, no valor total de 10.000 (dez mil) UPF-PA, em razão da constatação da infração ambiental prevista no art. 81 c/c art.12, II, ambos da Lei Estadual nº 6.381/2001, bem como por violação aos ditames do art. 118, incisos I e VI, da Lei Estadual nº. 5.887/95 c/c os art. 70, da Lei Federal nº 9.605/98 e art.225, da Constituição federal/88. O recolhimento da multa deverá ser providenciado no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da ciência de sua imposição, de acordo com o previsto no art. 142, da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente, sendo que “a multa imposta poderá sofrer redução de 20% (vinte por cento) caso o infrator efetue o pagamento no prazo de 5(cinco) dias, contados da data em que for notificado, implicando na desistência tácita de defesa ou recurso”, conforme disposto no parágrafo único do art.142, da Lei Estadual 5.887/95.

Ato contínuo, DETERMINO que a infratora regularize sua situação junto a SEMAS, solicitando a devida Outorga de Recursos Hídricos ou comprovando sua regularidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado da ciência desta decisão, sob pena de, não cumprindo com as exigências impostas, configurar-se infração continuada e, conseqüentemente, sofrer a penalidade de MULTA DIÁRIA, fixada desde já em 500(quinhetas mil) UPF's, a qual poderá ser aumentada em até três vezes, tudo de acordo com o previsto nos arts. 115; 119, II; 120, II; 122, II, § 4º e §6º, todos da Lei Instituidora da Política Estadual do Meio Ambiente.”

Ademais, informamos que poderá ser feito o pedido de parcelamento da multa imposta no prazo máximo de até 5(cinco) dias, contados da ciência desta notificação, de acordo com o disposto nos artigos 3º, III e 4º do Decreto nº 1.177/08.

Por fim, informamos que V.Sª poderá recorrer da decisão no prazo máximo de 10(dez) dias, contados do recebimento desta notificação, conforme dispõe o art. 143, do referido diploma legal.